

## O efeito metafórico de metáfora/metonímia em Michel Pêcheux

### *The metaphoric effect of metaphor/metonymy in Michel Pêcheux*

João Carlos Cattelan

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, Brasil

**Resumo:** Pretendo, com este estudo, por meio do cotejo, sobretudo, dos textos de Michel Pêcheux, *Metáfora e Interdiscurso* ([1984] 2011) e *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias* ([1967] 1995), verificar como os conceitos de *metáfora* e de *metonímia* são concebidos pelo autor francês, compreender como é pensada a interrelação estabelecida entre eles, tematizar a imbricação, de um lado, entre metáfora, semântica e ideologia empírica e, de outro, entre metonímia, sintaxe e ideologia especulativa, abordar estas questões com exemplos que sirvam como dados e compreender como elas, pautando-se, respectivamente, na concepção de linguagem como sistema de signos ou como meio de comunicação, recalcam, num caso, a gênese da ordem do simbólico e, no outro, o efeito da sociedade sobre o efeito da linguagem.

**Palavras-chave:** Metáfora; Metonímia; Ideologia Empírica; Ideologia Especulativa; Simbólico

**Abstract:** In this study, by collating mainly Michel Pêcheux's works, *Metaphor and Interdiscourse* ([1984] 2011) and *Observations for a General Theory of Ideologies* ([1967] 1995), I aim to verify how the concepts of *metaphor* and *metonymy* are conceived by the French author; examine how the interrelation established between them is thought; thematize the overlap, on the one hand, between metaphor, semantics and empirical ideology and, on the other, between metonymy, syntax and speculative ideology; address these issues with examples that serve as data; and estimate how they, based on the conception of language either as a system of signs or as a means of communication, respectively, restrain, in one case, the genesis of the symbolic order and, in another case, the effect of society on the effect of language.

**Keywords:** Metaphor; Metonymy; Empirical Ideology; Speculative Ideology; Symbolic



## 1 Reflexões Iniciais

Faço, de início, um alerta que pode, talvez, favorecer a atividade de leitura deste trabalho; ele se refere ao contraponto estabelecido por Michel Pêcheux com toda corrente de estudo linguístico que considera que a língua possui estabilidade lógica, sendo, pois, sistêmica e pautada numa relação de naturalidade ou de literalidade com as “coisas”. Se fosse assim, haveria uma relação primeira, natural e literal, entre as palavras e o mundo, que, em seguida, poderia deslizar ou se deslocar para outras paragens, produzindo as, assim chamadas, figuras de linguagem. Neste caso, haveria um sentido literal que poderia ser vertido em metáfora ou metonímia. Não é esta a mirada do autor francês; para ele, a linguagem é naturalmente simbólica e o sentido se faz por meio da dispersão e das relações de conflito (ou de aliança) entre discursos, que falam das mesmas “coisas”, mas não dizem as mesmas coisas sobre elas. O sentido, assim, resultaria da imposição de outros efeitos por meio da contraposição entre discursos sob a força do interdiscurso. Sob esta ótica, a metáfora (e a metonímia) não ocorre a posteriori, mas se encontra na própria constituição do sentido.

Parece oportuno alertar, além disso, que este estudo surgiu da necessidade de didatizar os conceitos (e as aproximações entre eles) sobre os quais me debruço, a saber: o caso do seu desenvolvimento por Michel Pêcheux, considerado o fundador da Análise de Discurso de linha francesa. Trabalhando com a disciplina de “Teoria do Discurso” e sendo necessária a discussão sobre eles (e as suas imbricações), parecia crucial produzir algum escrito para dar algum suporte para a compreensão da sua ocorrência na teoria citada. Dessa maneira, mesmo que este artigo pareça, às vezes, apontar para direções diversas, a finalidade maior que norteia o empreendimento é a busca de didatização dos conceitos de *metáfora* e de *metonímia* em Michel Pêcheux e a percepção de como se amarram às noções de *ideologia empírica* e *especulativa*, além de se atrelarem às de *recalque* e *simbólico*. Em face dessa meta, ao lado da reflexão de caráter mais conceitual, busco amparo em memes atuais que circulam em redes sociais e que são trazidas à baila, uma vez que, nelas, os conceitos citados e o imbricamento entre eles parecem se concretizar de um modo mais palpável.

Pretendo, portanto, nada mais do que refletir sobre como a *metáfora* e a *metonímia* são compreendidas por Michel Pêcheux na Análise de Discurso de linha francesa, da qual

é tido como fundador. Estes conceitos foram teorizados, sobretudo, em *Metáfora e Interdiscurso* (2011) e *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias* (1995). O primeiro, traduzido da versão francesa do artigo em alemão, de 1984, foi construído para situar o trabalho que Pêcheux realizava sobre “os processos discursivos” (p. 151), concebendo a *metáfora* como *um* fator decisivo para a gênese dos discursos, dado o deslocamento a que os recursos linguísticos são submetidos, e a *metonímia* como o processo que os encadeia em materialidades sintáticas submetidas a diferentes regiões discursivas.

Contra a univocidade do sentido e a suposta colagem do significante ao significado, produzindo, após, outros efeitos por referência a elas, Pêcheux (2011) não supõe “a existência evidente dos objetos de saber, ‘passando através’ dos processos discursivos nos quais eles se constroem, sem prestar a estes últimos uma atenção particular” (p. 152). Para ele, não haveria literalidade e o significante não se colaria ao significado, para se tornar, “literariamente”, figura de linguagem. Nenhuma região discursiva seria a proprietária da relação significativa. Contra o ponto de vista da ‘sociologia do saber’, da ‘poetológica’ ou da “teoria dos gêneros” (p. 152), seria “preciso retroceder até a questão da *produção discursiva do sentido de um enunciado*” (p. 152-153 - grifos do autor), que exige “levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos em uma conjuntura dada” (p. 151-152 - grifos do autor).

O autor sustenta a tese da inexistência de sentido natural que, depois, circularia em regiões discursivas, mas pleiteia que ele se faz pelo movimento entre processos constituidores de materialidades distintas, sem a reivindicação de antecedência; os objetos discursivos, produtos de amálgamas específicos, não teriam uma fonte primeira, para serem deslocados a seguir; ou seja: “a produção discursiva desses objetos ‘circularia’ entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária” (p. 158).

Um dado pode auxiliar na compreensão das formulações iniciais sobre a *metáfora*. Ele é um meme que tematiza a contratação do juiz Sérgio Moro pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub), após sair do ministério da justiça do governo.

Figura 1



Fonte: <https://www.blogdomoisismendes.com.br/>

Dou como estabelecido que “Marreco” (que é uma metáfora também ao sabor da concepção tradicional) remete ao ex-juiz Sérgio Moro, alcunha que lhe foi atribuída por causa do timbre de voz, e que os corvos remetem aos juízes togados, para me dedicar ao fio da meada do trabalho. No meme, por meio de um termo que circula em regiões discursivas distintas, a jurídica e a pedagógica, ocorre uma polissemia que exige o movimento e a compreensão do projeto de sentido da materialidade discursiva.

Se, do ponto de vista pedagógico, ‘prova’ é a demonstração de um saber, na região jurídica, o termo designa um conjunto de evidências relativas a um crime. O produtor do meme aposta neste bailado para criar humor, reivindicando que o leitor perceba a região que prepondera. Se o ponto de partida é pedagógico (Moro, professor, poderia deixar de aplicar “provas”), o de chegada é jurídico, retomando a função de Moro como juiz.

Moro teria agido à revelia da lei e condenado, “sem provas”, o ex-presidente Lula, pois ele liderava as intenções de voto em 2018. Se, à luz do primeiro enunciado, “não ter provas” remete à não-comprovação de aprendizagem, as condições de produção da meme e a retomada do saber histórico levam a concluir que a ausência de “provas” acontece, porque o juiz não observa a lei e condena sem elas. No entremeio do discurso, dado o descompromisso com a justiça, o meme carrega um efeito de crítica política à atuação de Moro no julgamento.

Pode-se perceber, pois, que há um intercâmbio de ‘marreco’ e ‘provas’ entre discursos distintos e que, no segundo caso, não se pode precisar a região antecedente que teria oferecido o material para a metáfora, o que pode ser replicado também sobre o primeiro caso. É possível concluir, desse modo, que um termo, palavra ou expressão não têm um sentido próprio, que é deslocado e recebe outro efeito, mas que eles circulam

entre regiões discursivas dispersas, sem literalidade originária, e que o sentido não é delineado por ditames que o transcendam.

## **2 O Caso dos Incêndios**

Em *Metáfora e Interdiscurso*, tratando de “um sistema de exemplos familiar [...] que concerne o deslocamento espacial e as [...] metáforas nas quais se representa” (p. 157), Pêcheux trata do *balão livre*, da *estrada de ferro* e da *toupeira*, meios para “os deslocamentos no céu, na terra e sob a terra” (p. 157). Para ele, “as formas discursivas nas quais aparecem [...] o balão, a estrada de ferro ou a toupeira são sempre [...] determinados enquanto objetos ideológicos (p. 157), que “teriam a propriedade de ser ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, [...] de existir como unidade dividida, suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural” (p. 157).

O autor alerta para o fato de que a sua reflexão pode sustentar o estudo de objetos discursivos “politicamente sobre-determinados” (p. 157), como ‘mudança’ e ‘liberdade’, a que se poderia adicionar, de minha parte, ‘doutrinação ideológica’, liberdade de expressão’, ‘imunidade parlamentar’, ‘democracia’, ‘autoritarismo’, ‘paternidade’. Não é acaso que n’*A Língua Inatingível* (2004), com base em Lacan, MP atribua à metáfora “um efeito revolucionário, [que] faz mexer as evidências do ‘mundo normal’” (p. 9), que defenda que “a metáfora também merece que se lute por ela” (p. 27) e que “o aborto da revolução cultural está em linha direta e determinada com essa anulação do jogo metafórico” (p. 98), uma vez que o equívoco, a polissemia e a heterogeneidade foram anulados em nome de um sentido higienizado, que não já não produzia deslocamentos.

Para Pêcheux (2011), já que o real da língua é o equívoco, a falha e o deslocamento, dever-se-ia supor “que não há [...] uma estrutura sêmica do objeto, e [...] aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto é construída em formações discursivas” (p. 158); não haveria uma literalidade submetida ao jogo: há o jogo e o que prepondera é a circulação entre regiões dispersas. Sobre os casos citados, o autor discorda que “haveria naturalidade ‘técnica’ do balão livre ou da estrada de ferro, ou naturalidade ‘zoológica’ da toupeira, que seria *em seguida* objeto de metáforas” (p. 158 - grifos meus), mas que, repito, é preciso retroceder até a questão da *produção discursiva do sentido de um enunciado*” (p. 152-153). Eis,

brevemente, os argumentos para defender que o sentido se define em regiões discursivas, que a metáfora é crucial discursivamente e que “a linguagem como imagem lógica da realidade, reflexo do real e expressão da objetividade, baseia-se no *mito* da coincidência entre a linguagem e o real” (2004, p. 99).

O pensador francês detalha como teoriza a *metáfora* (e a relação com a *metonímia*), refletindo sobre ‘incêndio’ no discurso do cotidiano, dos anarquistas e dos marxistas. Não se trata do mesmo *incêndio*, já que ele circula entre formações discursivas distintas. Com este pleito, o autor defende que “é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência (de) *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e deslocar historicamente” (p. 158 - grifos do autor). Eis o que ele define como metáfora.

Pautado na sequência discursiva S1<sup>1</sup>, oriunda “do discurso cotidiano urbano do século XIX: ‘As lojas X/o banco Y/o prédio administrativo Z/foram destruídos pelo incêndio”, MP afirma que há, nela, um pré-construído: “o incêndio destrói” ou “a destruição pelo incêndio”, que é importado pelos outros dois discursos. Nos anarquistas, o curto-circuito simbólico é produzido entre *incêndio* e *revolução* e as sequências seriam: “S1: Incêndio - destruir - prédios/bancos/lojas” e “S2: Revolução - destruir - Estado burguês” (p. 159)”; se o incêndio destrói e a revolução busca destruir, os termos são equiparados e *incêndio* é importado como sinônimo de *revolução* e de destruição da propriedade burguesa.

Aqui, a importação de *incêndio* ocorreria “sem que nenhum discurso justificativo o subentenda: as explicações e as justificativas virão após” (p. 159); o *incêndio cotidiano* migra para o anarquismo como “metáfora poética” (p. 159), cujo “efeito metafórico corresponde à apreensão anarquista do processo revolucionário, no imediato de seu entusiasmo deflagrador” (p. 159). A metáfora (a importação) e o efeito metafórico (produto do movimento) ocorrem no imediatismo da troca e mantêm um certo efeito de verossimilhança, sem a existência de uma mesma atividade prática, pois os incêndios não são os mesmos, embora sejam destrutivos.

---

<sup>1</sup> S1, S2 e S3 são siglas usadas por Michel Pêcheux para se referir a “sequências discursivas”, ou seja, a recortes de materialidades verbais efetuados em face do objetivo traçado pelo pesquisador. É dizer: dada a finalidade da pesquisa que desenvolve, o estudioso não trabalha com a tessitura textual em sua inteireza, mas a partir de um conjunto de estruturas relativamente autônomas e independentes que lhe permitem tornar objetivos, concretos e demonstrativos os postulados que ele tem como meta sustentar.

---

Ao lado do curto-circuito simbólico entre *incêndio* e *revolução*, outro curto-circuito tecido por uma sequência textual transversal ligaria S1 e S2, teceria um fio S3 e surgiria e para justificar a clivagem. S3 derivaria de S1 e de S2, não porque *incêndio* e *revolução* remetem à destruição, mas porque abalam, no caso, o Estado burguês. Se o incêndio destrói prédios/banco/lojas, se eles constituem esse emaranhado político e se a revolução pretende eliminá-lo, é preciso destruir o que o sustenta, já que “ele está organicamente ligado a estas instituições” (p. 160). Aqui, estaria o discurso marxista, que tende para a construção teórica que articula S1 e S2 por meio de S3 e por um processo metonímico que articula a parte e o todo (o Estado burguês e as suas instituições), como na “metonímia clássica Vela/Barco [que] se articula através da descrição técnica das partes constituintes do barco, [sendo] a vela a parte essencial ou constitutiva” (p. 160).

Se a metáfora é o deslocamento de um termo de uma região discursiva, a metonímia ocorre como justificação do deslocamento. Enquanto o discurso anarquista seria metafórico, sem teorizar a prática (uma importação de termos), o discurso marxista, pautado em S3, metonímica e transversalmente, teria teorizado a revolução e a destruição de determinadas instituições. Desse modo, “a metáfora aparece fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (p. 160 - grifo do autor), enquanto a metonímia “apareceria [...] como uma tentativa de ‘tratar’ esta perturbação, de *reconstruir* suas condições de aparecimento” (p. 160 - grifo do autor). O autor alerta para o perigo de esta tentativa metonímica justificar a metaforização “evoluir para uma construção-conservação do existente [...], fixando-o em uma eternidade” (p. 160) e resultar na “irresistível tendência ao narcisismo teórico [...] que parece ter dificuldade em suportar a categoria da contradição” (p. 161).

Este sumário pode levar a concluir que a metáfora surge do deslocamento de *um* termo de uma região discursiva para outra e que a metonímia a sucede. Mas, nem a metonímia sucede a metáfora, pois surge simultaneamente, embora, às vezes, fique implícita, e nem a metáfora surge isenta de metonímia ou ocorre apenas sobre *um* termo. Para Pêcheux, não há metáfora sem metonímia, ela pode ser constituída sobre “uma *expressão* ou uma *proposição* [que] não tem *um* sentido [...] vinculado à sua literalidade” (1995, p. 161 - grifos meus), o sentido “de uma palavra, de uma *expressão*, de uma *proposição*, etc., não existe ‘em si mesmo’” (1995, p. 160 - grifos meus) e “a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases,

sinonímias, etc., [...] entre elementos linguísticos [...] em uma formação discursiva dada (1995, p. 161).

Nem se poderia afirmar, no limite, que *incêndio* se constitui a partir de “destruir pelo incêndio”, uma vez que, fora da cadeia sintagmática, não se presta, necessariamente, ao efeito negativo que ‘destruir’ impõe, como em enunciados de regiões discursivas em que produz outros efeitos: “Lebron James incendiou o jogo” ou “É preciso incendiar os espíritos”; o primeiro enunciado circula no mundo esportivo, significando tornar o jogo mais acirrado, e o segundo, no campo religioso, significando tornar as pessoas mais fervorosas. O primeiro foi de um comentarista esportivo e o segundo de um pastor. Como Pêcheux afirma (1995, p. 169 - grifos do autor), “*as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”.

Na esteira das reflexões do francês, parece ser necessário perceber que a metaforização ocorre pelo deslocamento de significantes de uma região discursiva a outra, que produz outro efeito de sentido, outro processo discursivo, outra matriz ideológica e outro conjunto de cadeias metonímicas, com outro efeito metafórico conduzindo as materialidades discursivas de substituição, paráfrase e/ou sinonímia. O dado abaixo ilustra estas afirmações, no que tange ao deslocamento e à ancoragem sobre outro processo discursivo.

Figura 2



Fonte: <https://vindospampasoretorno.blogspot.com/2020/08/palestra-do-ano-como-colocar-seu-marido.html>

O meme trata da deputada Flordelis, acusada de tentativa de homicídio, mandando assassinar o marido. Ela construiu a reputação que a levou à Câmara como pastora e por

---

ter um abrigo para adoção de crianças, “cuidadas como família”. Eleita com 190.000 votos, envolveu-se com um adotivo, noivo de uma das “filhas”. A investigação mostrou que houve tentativa de homicídio com doses de veneno e que morte por arma de fogo foi encomendada. Questionada por que não se separou, afirmou que não queria “escandalizar o nome de Deus”.

Observem-se os deslocamentos metafóricos do meme, as cadeias metonímicas em que os significantes emergem e os efeitos de sentido em jogo. Passo por alguns para me dedicar ao que julgo mais relevante: a) “palestra do ano”, ao invés do efeito de conferência, pregação ou apresentação de argumentação, relativos à atividade da pastora, remetem ao ensinamento a ser tirado de atuações como a dela, descrendo da bondade altruísta com intuitos eleitoreiros; b) “Agenda disponível”, com efeito irônico, joga com a promessa de ser atendido no desejo de “colocar o marido nos braços de Jesus”, bastando convidar a pastora para a “aula”; c) “Em breve estaremos na sua igreja” retoma a atividade de pastores irem a diferentes lugares em pregação, sendo que, no caso, os ensinamentos seriam sobre como se livrar do marido. Além disso, há um efeito de profecia sobre descobrir que iniciativas parecidas não são altruístas; d) por fim, “Flordelis”, que poderia ser o nome catalisador de uma propaganda positiva, passa a designar e a constituir a materialidade simbólica da hipocrisia e do falseamento. A deputada é discursivizada, assim, com ícone da falsidade ideológica e da quebra de decoro parlamentar.

O enunciado que concentra o efeito de sentido e faz a leitura circular entre regiões discursivas é “colocar o seu marido nos braços de Jesus”, título satírico da palestra. Na região discursiva da pastora, o enunciado equivale a conversão, salvação e aceitação dos princípios cristãos. O marido desviante seria conduzido à redenção pelo ensinamento da pastora à esposa. Porém, dados os eventos, o enunciado remete à tentativa de assassinar e de cometer homicídio despercebidamente. A metáfora, dada a circunscrição da cadeia metonímica que a açambarca, transita entre uma região de vida e uma de morte, sob o véu da suposta abnegação. E é preciso perceber a bifurcação entre uma região e outra para compreender o jogo produzido. Não se trata de saber se há literalidade e/ou desvio, mas que, na materialidade discursiva, há dois modos de metaforização, nenhum sendo a matriz: vale o jogo.

### 3 Sinais e Discurso

Pêcheux também desenvolve os conceitos de *metáfora* e de *metonímia* como Thomas Herbert, em 1967 (1995), no artigo *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias*, ancorando-se sobre o estudo intitulado *Reflexões sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia Social*, de 1996 (2011). No trabalho de 1967, o autor volta às *Prática Técnica*: “transformação de matérias primas extraídas da natureza em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados” (2011, p. 24), e *Política*: “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas por meio de instrumentos políticos” (2011, p. 24), que remontam ao “*discurso* como sistema articulado que remete à prática social complexa” (2011, p. 35 - grifo do autor) e como peça crucial da materialidade ideológica.

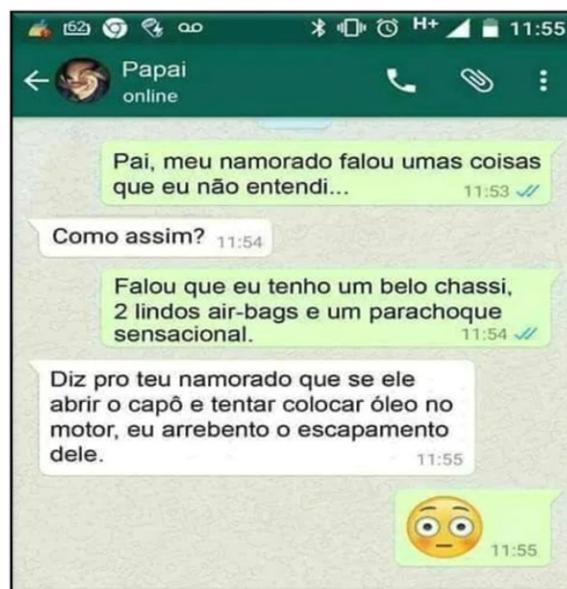
A retomada da prática técnica, cuja meta é um produto técnico, em face da sua organização, leva o autor francês, no estudo de 1967, a postular um “*efeito de conhecimento ideológico do tipo A*” (p. 67 - grifos do autor), pois tudo se passaria como colagem entre uma significação e uma realidade. O efeito ilusório criado pela aparência de biunivocidade é gerado pelo que ele denomina como *Ideologia Empírica*, “cujo centro é a produção de um ajuste aparente entre uma ‘significação’ e a ‘realidade’ que lhe ‘corresponde’” (p. 69).

Nesta ideologia, porque cimenta a relação entre palavras e “coisas”, haveria o mundo com unidades discretas a serem nomeadas, cabendo ao homem separar cada elemento, e haveria a linguagem, reservatório de ingredientes linguísticos para etiquetar cada unidade. A linguagem e o mundo seriam adequados um ao outro e significante e significado estariam ajustados entre si. A atividade de designação mostraria o fascínio “pelo problema da realidade à qual o significante deve se ajustar: de onde a inevitável ‘função do real’ atribuída ao homem, enquanto produtor-atribuidor de significações na superfície da ‘realidade’” (p. 71); ele seria o “*animal ecológico* que organiza seu meio, etiquetando-o” (p. 71 - grifos do autor) por meio de uma “pandenominação” (p. 71). Esta concepção conduziria a orientação pautada na aprendizagem por condicionamento, já que funda “o recorte semântico das necessidades e das tensões vitais do animal humano”, cujo objetivo seria “a gênese da significação no interior da relação de co-naturalidade do organismo” (p.71) com o mundo exterior que o cerca.

“Tentando se fazer passar por uma ciência, produzir os efeitos dela e recolher seus benefícios” (p. 65), uma ideologia de tipo A entenderia que a linguagem é transparente, que se organiza por meio da biunivocidade, que entre ela e a realidade a relação é direta e que, para cada significado, existe um significante. No entanto, existiriam os “‘esquecimentos’ que designam as resistências próprias a cada forma de ideologia” (p. 72), sendo que, aqui, sob o primado da relação entre a linguagem e o mundo, a falha incide na “incompreensão da especificidade simbólica do animal humano” (p. 73), pois postular a origem “da ordem do simbólico no interior da ordem do biológico traduz essa concepção empirista da ‘relação’ entre o significante e o significado” (p. 73), cujo tema seria o da “‘relação de objeto’” (p. 73) e que remeteria, portanto, a uma “pseudo-origem” (p. 73).

Pautado em Freud, Pêcheux postula que, contra uma concepção do simbólico ancorada no mundo empírico, “não há gênese do significante (o que anula a ideia de produção-distribuição de significantes própria da ideologia empirista)” (p. 73). Para ele, “a relação significante-significado resulta de uma propriedade da cadeia significante que produz, pelo jogo de uma necessária polissemia, os ‘pontos de ancoragem’ pelos quais ela se fixa no significado” (p. 73); é pela inserção em processos discursivos tecidos por cadeias significantes que um ingrediente linguístico alcança uma certa estabilidade e o efeito de literalidade; “não é a realidade que permitiria, a partir de uma ligação originária e não metafórica com o ‘objeto real’, edificar [...] as metáforas” (p. 73); são “as relações de *similaridade-diferença* [que] permitem compreender como se opera a posição do valor [...]: em uma palavra, é o efeito de similaridade metafórica que permite colocar o problema da ‘realidade exterior’ e da *prova* desta realidade” (p. 73). Aqui, encontram-se, em definitivo, as formulações de Pêcheux.

As formulações do autor constituem, dessa maneira, um contraponto às miradas mais tradicionais, no sentido de que não haveria uma naturalidade literal do significante, como a psicologia do condicionamento defende, mas que ele é amarrado a um significado por cadeias que o tomam como objeto discursivo, constituindo um sistema de paráfrases, substituições e sinonímias: ou efeitos metafóricos. Eis a importância da metáfora e das cadeias significantes que se impõem pelos processos discursivos. Uma ilustração sempre vem a calhar.

Figura 3<sup>2</sup>

Fonte: <https://pt.dopl3r.com/memes/graciosos/papai-online-pai-meu-namorado-falou-umas-coisas-que-eu-nao-entendi-1153-como-assim-1154-falou-que-eu-tenho-um-belo-chassi-2-lindos-air-bags-e-um-parachoque-sensacional-1154-diz-pro-teu-namorado-que-se-ele-abrir-o-capo-e-ten/442031>

Alguém insistiria que foi preciso que *chassi*, *air bag*, *para-choque*, *capô*, *óleo*, *motor* e *escapamento* fossem forjados no discurso automobilístico, para, depois, serem metaforizados para o corpo feminino, ao que caberia o contra-argumento de que *air bag* e *chassi* provêm da navegação espacial, no primeiro caso, e da fabricação de suportes para máquinas a vapor, no segundo. Disputa inglória para decidir sobre a antecedência ou a naturalidade do significante, que é inócua. Mas o contra-argumento mais indicado seria, neste caso, que cada termo recebe um efeito metafórico, imerso numa cadeia de significantes, sendo o caso que *air bag* equivale a *seios* e *para-choque* a *bumbum*, constrangidos por um discurso como o do meme. Fora da sintaxe que condiciona os significantes, um termo vaga perdido no *no sens*.

Retomando a prática política, MP a situa nas relações sociais. Se, para produzir, é preciso matéria-prima, instrumentos e homens, é nas relações sociais que definem os lugares sociais a serem ocupados que a prática política interfere, pois “tem por objeto as relações sociais” (2011, p. 34) e “encontra a *matéria-prima a transformar* sob a forma de relações sociais ‘sempre já-lá’” (2011, p. 34 - grifos do autor). O seu processo de transformação incide sobre as relações sociais por meio da reformulação “da demanda

<sup>2</sup> O link da figura, colado abaixo, foi quebrado, com o objetivo de distribuí-lo de um modo mais adequado na página. Para recuperá-lo, basta retirar as quebras entre uma linha e outra.

social” (2011, p. 35) e tem a consistência “de um *cimento* que mantém o todo no lugar” (2011, p. 37), pois, nela, “a ideologia é o poder que trabalha” (2011, p. 37). Tendo “por função transformar as relações sociais no interior da prática social, de tal maneira que a estrutura global não se modifique” (2011, p. 37), ela recalca as distorções na subjetividade e busca conduzi-las à ideologia, mostrada como a melhor forma de ver o mundo.

Se a prática técnica se liga à ideologia empírica, pautada na etiquetagem, na crença numa pandesignação, no pleito do homem como animal ecológico e no recalque da gênese da ordem do simbólico, a prática política, cujo instrumento é o discurso, faz-se na passagem da nomeação à cadeia sintagmática, na visão do homem como animal social e no recalque de a linguagem ser um efeito da sociedade. Se, de um lado, estar-se-ia na semântica e na metáfora, no outro, estar-se-ia na sintaxe e na metonímia. Aqui, a ideologia tem “a função de um mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais” (p. 67), fazendo cada um “*reconhecer* o seu lugar” (p. 68 - grifos do autor).

Chega-se, com isso, ao “efeito de conhecimento ideológico do tipo ‘B’” (p. 68 - grifos do autor), que seria um *mecanismo* que “se exerce necessariamente sobre elementos” (p. 68), sobretudo, em relação às forças de produção. Os efeitos da (suposta) co-naturalidade entre o significante e o significado resultariam da função semântica de retomada pelos significantes, cuja “forma é o discurso” (p. 69), que, sob a dominância de um conhecimento ideológico de tipo B, é determinado por uma “*forma especulativa-fraseológica*, cujo ponto central é a coerência das relações sociais de produção no modelo de um discurso articulado que detém em transparência a lei de ajuste dos sujeitos entre si” (p. 69 - grifos do autor). Entre A e B, haveria, pois, uma mudança de nível, para dizer de modo simplificado, entre as “palavras” e as “cadeias” que as ligam entre si.

Pêcheux denomina a ideologia do tipo B de *especulativa*, pois a aparência de ciência resulta da cadeia que põe “em jogo uma *função sintática*, [isto é] a conexão de significantes entre si” (p. 71 - grifos do autor). Na prática técnica, o homem atribuiria nomes; após, ele os uniria em discurso. Se, porém, a designação resulta das cadeias significantes, elas estabilizam o sentido dos objetos discursivos. Ressalve-se que MP afirma que as ideologias A e B não estão isoladas, mas que a especulativa tem primazia, pois o efeito de etiquetagem resulta da metonimização. A conexão imposta pela ideologia especulativa, que ignora a injunção, é metonímica, pois conecta a parte com o todo, como

o marxismo ligou o incêndio ao Estado burguês. Se a metáfora segmenta e secciona, a metonímia une e encadeia, criando efeito de transparência. É por meio da semântica e da sintaxe e da metáfora e da metonímia que o sentido se estabiliza, denegando as determinações ideológicas, históricas e sociais.

Para o autor, a ideologia especulativa padece de dois recalques, que dizem respeito ao fato de o atravessamento do “efeito de linguagem” [pelo] “efeito de sociedade” (p. 71-72) “não (ser) bem discernido” (p. 71). Afirmando que a “função de reconhecimento de sujeitos entre si se assegura necessariamente sob a forma do discurso” (p. 72), esta modalidade da ideologia recalca o problema, defendendo que o homem “está implicado como elemento em um sistema de comunicação de significações” (p. 72), que teria “o papel de um código” (p. 72) e que permitiria a ele (o homem) controlar “a si mesmo graças a linguagem” (p. 72). Ela considera “as relações entre os sujeitos ‘como relações naturais’” (p. 72), pois eles estariam “aptos para intercambiar significações codificadas” (p. 72), denegando que os efeitos de linguagem resultam da injunção social que modula os processos discursivos.

Se a comunicação ocorre por códigos, “qualquer que seja o estatuto destes” (p. 74), isto impede que se compreenda “por que é precisamente pela forma geral do discurso que as dissimetrias (e) as dessemelhanças [...] são asseguradas” (p. 73) com cadeias discursivas que cimentam o sentido, pois, se “o nível político se autonomiza, a política é apagada na teoria ideológica especulativa” (p. 74) e o efeito da sociedade sobre a linguagem é obliterado, tomando “a forma de um processo de comunicação codificada entre os agentes” (p. 74). A ‘metonímia’ designa, pois, “o efeito pelo qual os ‘sujeitos’ são pegos na organização sintática significante como suporte de direitos e de deveres nos quais se opera a identificação” (p. 75) e revela a “inscrição dos sujeitos na estrutura sintática e (o) *esquecimento dessa inscrição* pelo mecanismo de identificação do sujeito ao conjunto da *estrutura*” (p. 75 - grifos do autor).

Para objetivar a discussão com um dado de encadeamento sintático metonímico, que determina uma atividade de linguagem de cunho especulativo e fraseológico, veja-se o caso:

Figura 4



Fonte: <https://www.facebook.com/desesquerdizada/posts/285028385214439/>

A manchete, postada no G1, abordava a (im)popularidade do então presidente Michel Temer, após ele substituir a presidenta Dilma Rousseff, cassada com um impedimento questionável. O resultado da pesquisa foi a público em 04/09/2016, no portal, às 9:15, assinado pela “Equipe de dados”. Temer teria entre 8% e 19% de aprovação, de acordo com o Ibope. Nada a problematizar, pois os percentuais estavam ancorados em dados empíricos, sendo passíveis de verificação e demonstração.

O meme encadeia metáforas (aprovação, Temer, percentuais, capitais, Ibope) e mostra a “correção” feita pela Caneta Desmanipuladora, negando-se a jogar na perspectiva ideológica do discurso. Sobrepondo termos e trocando os percentuais por seus complementares, ela força o discurso para outra mirada, valendo-se de uma articulação que foca a reprovação e permite que “eleições” e “eleição” sejam “golpe” e que os percentuais acentuem o descontentamento denegado. A manchete inicial não falseava o real, mas o colocava de *um* modo, por uma conexão de significantes tangida por um horizonte avaliativo determinado. A “correção” coloca a “informação” sob outro mirante. A cadeia sintática de cada uma corresponde a uma perspectiva ideológica: eis o fraseológico.

#### 4 Considerações Finais

Para fazer um apanhado das reflexões de Michel Pêcheux, compreendo que, da crença na colagem do significante ao significado, emerge uma operação semântica de designação que sustenta uma ideologia empírica, que concebe o homem como animal ecológico e se

pauta numa relação de co-naturalidade entre palavras e “coisas”; e que, da conexão de significantes, um mecanismo sintático de articulação fundamenta a ideologia especulativa que considera o homem como animal social que intercambia significações codificadas em termos de processo comunicativo. Mas o pensador francês ressalta que, embora se simulem ciência, elas padecem de recalques: da gênese da ordem do simbólico e do efeito da sociedade na linguagem.

No primeiro recalque, a reflexão se pauta no imaginário de que a língua é um conjunto de etiquetas, constituído por significantes colados aos significados. Quando, em determinadas aulas, encontram-se tabelas constituídas por imagens e palavras (sistema de parentesco, partes do corpo, nomes de animais, dias da semana...), a “estratégia” está pautada na compreensão de que o mundo possui unidades discretas e que cada uma tem um nome. Depois de apreender as designações, as pessoas poderiam encadeá-las e intercambiar significações. A concepção empírico-designativa recalca a gênese do simbólico, que nasce da conexão sintática e que, se produz um efeito de literalidade, resulta da repetição submetida a uma conjuntura. Um recurso linguístico não está destinado a *uma* significação, pois as cadeias sintáticas o determinam. O significante permanece disponível para a clivagem que o levará a circular entre regiões discursivas que definirão o que significa.

Às vezes, postula-se que a língua possui signos plenos de sentido, como ‘pai’ e ‘mãe’, e outros, vazios, cujo efeito se resolve contextualmente, como ‘eu’ e ‘você’. A reflexão pode ser estendida aos artigos, preposições, conjunções... Se a ideologia empírica se equivoca e os sentidos dependem da cadeia conjuntural, entende-se que não há formas plenas, pois dependem da estrutura, e não há formas vazias, já que algum efeito existe nelas. O recalque da ordem do simbólico, cuja gênese está atrelada à clivagem, à metáfora e à geração de efeitos metafóricos, produz o efeito de literalidade, denegando o ideológico presente na nomeação.

Por outro lado, se a linguagem é um sistema de signos articulados por uma relação de co-naturalidade que permite o encadeamento sintático, ela seria um meio de comunicação. Atendida a exigência de os falantes conhecerem os termos e a sintaxe, eles se entenderiam sem equívocos ou dissimetrias, em face da biunivocidade codificada. O discurso seria um encadeamento de signos, com o diferencial de ser mais longo. O homem seria um animal social que se comunica por meio de um código e visaria informar. Para

Pêcheux, a ideologia especulativa, pautada no imaginário do literal, recalca a história, denega a política, trata as relações sociais como simétricas e determina que *um* sentido seja *o* sentido.

Seja porque uma ideologia empírica denega o deslocamento metafórico que trabalha a equivocidade, seja porque uma ideologia especulativa se sustenta no postulado fraseológico e apaga as operações metonímicas que parcializam os objetos discursivos sob efeito do social, seja porque há o recalque de que os homens parecem se comunicar porque a identificação é forjada por processos que os interpelam, devem-se superar a pandesignação e a informação para conceber o equívoco e a metáfora, e a metonímia que os sustenta, não como desvios, mas como motores dos processos discursivos que tornam o mundo cambiante e sempre resistente à esclerose. Vale a pena lutar pela metáfora...

## Referências

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni Puccinelli Orlandi e José H. Nunes. **Rua**, v. 1, p. 63-89, 1995.

PÊCHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. Tradução de Mariza Vieira da Silva e Laura Perrela Parisi. *In: Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 21-54, [1984] 2011.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. *In: Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 151-161, [1984] 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

Recebido em: 21 de setembro de 2020

Aceito em: 09 de março de 2021

Publicado em maio de 2021

---

João Carlos Cattelan  
E-mail: [jcc.cattelan@gmail.com](mailto:jcc.cattelan@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7838-5284>